

Potencialidades do diálogo entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação

Carlos Alberto Ávila Araújo

Como citar: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Potencialidades do diálogo entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação. *In:* VALENTIM, Marta Lúgia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 217-241. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-266-6.p217-241>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 11

POTENCIALIDADES DO DIÁLOGO ENTRE A ARQUIVOLOGIA, A BIBLIOTECONOMIA, A MUSEOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo

1 INTRODUÇÃO

Em anos recentes, interessantes experiências de diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm ocorrido em diferentes partes do Brasil: no centro-oeste (Universidade de Brasília), no sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais), no sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e, possivelmente em breve, no nordeste (Universidade Federal da Paraíba). Nas três primeiras instituições, cursos de graduação nas três áreas têm sido ofertados por faculdades, escolas ou departamentos de Ciência da Informação, com alguma perspectiva de integração (que varia de instituição para instituição). Na UFPB já existem os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, com avançada discussão na direção da criação do curso de Museologia. Mais do que uma nova formação institucional para cada uma das áreas envolvidas, tal arranjo tem

se mostrado como uma oportunidade muito rica de incremento conceitual e avanço teórico para elas, na medida em que as diversas iniciativas de aproximação têm demandado maior clareza sobre o que são, quais suas especificidades, seus pontos comuns, os temas e conceitos que as perpassam e, dentro destes, quais aqueles que podem potencializar o campo de atuação e reflexão de cada uma delas.

Ao mesmo tempo, sabe-se que qualquer debate sobre a conformação dos campos científicos é marcado por uma série de fatores extra-epistemológicos, tais como os interesses dos grupos de poder, as tradições de instituições específicas, os fatores políticos, entre outros (RENDÓN ROJAS, 2009). O caso do contexto brasileiro atual não é diferente. Embora muitas discussões venham sendo realizadas sobre possíveis aproximações entre as áreas, bem como sobre a necessidade de demarcar suas diferenças, em grande medida o debate brasileiro ainda tem sido muito pouco qualificado: muitas dessas discussões giram em torno de questões sobre definições de tabelas de áreas de conhecimento, verbas de agências de fomento e atuação de conselhos profissionais para garantir exclusividade de atuação em determinados setores de exercício profissional. É nesse sentido que o contexto institucional de cursos de graduação nestas três áreas, nas quatro instituições mencionadas acima (às quais se poderiam somar as experiências de integração entre Arquivologia e Biblioteconomia levadas a termo pela Universidade Estadual Paulista e pela Universidade Federal Fluminense, entre outras), representa uma possibilidade de qualificação do debate: ao privilegiar as questões de modelos formativos, abre-se toda uma oportunidade de produção de reflexão propriamente científica e epistemológica.

Este texto se insere nessa problemática, argumentando em defesa de três ideias básicas. A primeira se relaciona com a evolução teórica dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O argumento aqui defendido é que tais áreas, que nasceram e evoluíram dentro de um modelo sincrético, passaram por um gradual processo de separação iniciado com o Renascimento, potencializado com o advento da Modernidade e legitimado cientificamente com o Positivismo do Século XIX, e viram, ao longo do Século XX, não um crescimento da separação disciplinar (apesar da forte atuação dos conselhos profissionais nesse sentido), mas um

processo de constante fertilização por meio de algumas teorias transversais aos campos – teorias estas aqui apresentadas a partir de quatro eixos norteadores.

A segunda ideia básica defendida neste texto tem a ver com a Ciência da Informação. O argumento é de que esta área nasceu a partir de uma contundente mudança na maneira de se olhar para os fenômenos documentais e de que ela tem evoluído ao longo das últimas seis décadas, a partir de diferentes subáreas ou programas de pesquisa que compartilham dessa maneira de olhar. Nesse processo, ainda, foram sendo desenvolvidos três grandes modelos/conceitos de informação que, em vez de serem excludentes, representam um constante alargamento em direção a um modelo cada vez mais apto a capturar a complexidade da informação enquanto fenômeno.

A terceira ideia representa a aproximação das duas primeiras. A partir do percurso desenvolvido neste texto, defende-se que o desenho das perspectivas contemporâneas em Arquivologia, em Biblioteconomia e em Museologia possui uma grande aproximação com o conceito de informação tal como este vem sendo trabalhado pela Ciência da Informação enriquecida pela contribuição do cruzamento de suas subáreas com os três grandes modelos de estudo. Essa aproximação não significa, como muitas vezes é entendida por alguns pesquisadores, uma *redução* das três áreas à Ciência da Informação, com o apagamento de suas especificidades. Não se trata de fazê-las subsumirem-se à Ciência da Informação. Tal aproximação significa pensar que determinados aspectos de cada uma das três áreas podem ser mais bem problematizados e analisados a partir de um *olhar informacional*, que possibilitaria a construção de uma zona de produção de conhecimento científico marcado pela fertilização de conhecimentos entre as três áreas, zona esta que representaria apenas um ‘pedaço’ do ‘edifício’ teórico-conceitual de cada uma delas.

2 A EVOLUÇÃO DOS CAMPOS DA ARQUIVOLOGIA, DA BIBLIOTECONOMIA E DA MUSEOLOGIA

Não se sabe com segurança quando surgiram os arquivos, as bibliotecas e os museus, pois sua existência confunde-se com a própria

ideia de cultura. A origem destas instituições está na própria ação humana de expressar pensamentos, ideias, fatos, conhecimentos e sentimentos, por meio de diferentes técnicas (escrita, técnicas pictóricas, entre outras), gerando determinados objetos (registros do conhecimento, artefatos). Tais objetos, uma vez dotados de existência material, geraram a necessidade de serem guardados, colecionados, preservados, para os mais diferentes fins (religiosos, literários, artísticos, filosóficos, políticos, ideológicos, contábeis, jurídicos, administrativos, militares, etc.). Diferentes objetos, em diferentes suportes, que sofreram variados processos de intervenção e foram alocados em diferentes instituições fazem parte de um período 'sincrético' (SILVA, 2006) em que é difícil separar o que constitui arquivo, biblioteca ou museu.

Apenas séculos depois, contudo, é que se pode identificar a existência de campos sistematizados de conhecimento relativos a estas instituições. O que hoje se pode chamar de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tem início com os primeiros tratados e manuais publicados no período do Renascimento, justamente quando é reforçado o interesse pelas obras humanas, pela verdade humana expressa nos mais diversos suportes. Os conhecimentos nestas áreas, neste momento, se constroem numa vertente patrimonialista, em que os produtos do intelecto e da sensibilidade humana são vistos como 'tesouros', como riquezas, como manifestações de uma verdade que cumpre guardar e preservar.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas, com o gradual advento da chamada Modernidade, torna-se necessário 'soterrar' o Antigo Regime e todas as suas marcas, e são então criadas novas instituições ou recriadas instituições já existentes que se tornam 'modernas', isto é, inseridas numa nova lógica de relacionamento entre si e com o todo social. Entre elas estão os Arquivos Nacionais, as Bibliotecas Nacionais, os Museus Nacionais. Acentua-se a vertente custodial das disciplinas ainda em vias de se constituírem. O desenvolvimento das Humanidades e do projeto iluminista realça a importância das obras humanas, da Filosofia, da Literatura, da História. Arquivos, bibliotecas e museus passam a ser os espaços que contêm os materiais que interessam a esses ramos do conhecimento e, assim, atraem bibliófilos, literatos, historiadores e críticos de arte para as funções de arquivistas, bibliotecários e museólogos. Estas áreas convertem-se então em

conhecimentos auxiliares, instrumentais, para a produção de conhecimentos num outro campo que não o seu próprio. Trata-se da vertente de disciplina ‘auxiliar’ que marcará a estagnação na produção específica de conhecimentos sobre os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Por fim, com o desenvolvimento da ciência nos Séculos XVIII e XIX, como forma legítima de produção de conhecimento, além de seu caráter aplicado às forças produtivas com a revolução industrial, surge a constituição ‘científica’ dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. É justamente o modelo das ciências naturais que inspira a forma como essas áreas buscam se constituir como ciência, marcando então uma identidade essencialmente tecnicista, positivista. A vertente técnica, que marcaria a separação destas atividades do ‘senso comum’ por meio da constituição de um saber especializado, caminhará passo a passo com o movimento geral das ciências do Século XIX de constituição disciplinar por meio de uma crescente especialização.

Juntas, essas quatro vertentes consolidam um determinado paradigma, em fins do Século XIX, caracterizado justamente como patrimonialista, custodial, auxiliar das Humanidades e tecnicista (SILVA, 2006). Na esteira do movimento de legitimação dos campos de conhecimento como científicos, por meio da sua especialização disciplinar típica da ciência moderna do Século XIX, começam a se consolidar as ciências da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Tal movimento de consolidação é acompanhado pela formação de associações profissionais voltadas justamente para a delimitação de suas especificidades, para o fechamento de suas fronteiras em relação a outras áreas de saber e para a busca da determinação de seu escopo de atuação.

Contudo, e de forma surpreendente, o desenvolvimento teórico destas três áreas ao longo do Século XX não apontou para o crescimento de suas diferenciações e especificidades. Ao contrário, as diferentes manifestações e correntes teóricas surgidas e desenvolvidas no âmbito da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, ao longo do Século XX, por meio de análises e problematizações, acabaram por tensionar o escopo reducionista do modelo focado no objeto documental, na instituição custodial, na sua instrumentalidade e na sua dimensão técnica. Abordagens dos mais variados matizes contemplaram novas questões, evocaram novos

conceitos, forçaram os limites das fronteiras disciplinares, por situar suas questões fora dos limites estabelecidos pelas disciplinas focadas nas regras para o tratamento de objetos dentro das instituições.

2.1 AS MANIFESTAÇÕES TEÓRICAS DE SUPERAÇÃO PARADIGMÁTICA

2.1.1 A ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Ainda nos finais do Século XIX, em plena vigência do paradigma patrimonialista, começam a surgir ensaios, manifestos e iniciativas que evocam mudanças no modo de se conceberem os arquivos, bibliotecas e museus. Adjetivos como ‘vivo’, ‘dinâmico’, ‘atuante’ e ‘ativo’ começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. O ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, é um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos, também convoca a que se pense e problematize as funções dos arquivos, bibliotecas e museus.

No campo da Arquivologia, as primeiras manifestações deste pensamento se encontram nos manuais pioneiros de Jenkinson, de 1922, e de Casanova, de 1928, que apontavam para a necessidade de os arquivos terem um impacto efetivo no aumento da eficácia organizacional. Com o desenvolvimento da subárea de Avaliação de Documentos, um pensamento pragmatista mais efetivo começou a formular-se, expresso em trabalhos como os de Warren, Brooks e Schellenberg (DELSALLE, 2000). Em conjunto, tais proposições visavam conservar o máximo de informação preservando um mínimo de documentos – priorizando a funcionalidade em oposição aos aspectos de arranjo e valor histórico dos documentos. Outra vertente arquivística, também funcionalista, é a que prioriza a ação cultural dos arquivos, propondo uma maior ‘dinamização’ destas instituições (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001).

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações em prol das bibliotecas efetivamente públicas ocorrem ainda em meados do Século XVIII (MURISON, 1988). O termo ‘efetivamente’ ressalta que as primeiras bibliotecas modernas, embora ‘públicas’ no nome, seriam demasiadamente

autocentradas e elitistas. Atos, manifestos e iniciativas práticas no campo das bibliotecas públicas (*Public Library Movements*), liderados por bibliotecários como Mann e Barnard, buscaram romper com o isolamento destas e atrair cada vez mais pessoas para seu espaço. Já em 1876, Green defendia inovações práticas nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual, sendo o precursor dos posteriormente chamados serviços de referência (FONSECA, 1992). A consolidação científica dessa vertente se deu na Década de 1930, na Universidade de Chicago, onde autores como Butler, Shera, Danton e Williamson defenderam uma Biblioteconomia voltada não para os processos técnicos, mas para o cumprimento de suas funções sociais – ou seja, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de ela ir ao encontro de certas necessidades sociais. Teóricos de diferentes países, tais como Lasso de la Vega, Litton, Buonocore, Mukhwejee e Usherwood, seguiram essas orientações, ao defender o conceito de biblioteca como instituição democrática, ativa, e não como depósito de livros (LÓPEZ CÓZAR, 2002). Na Índia, Ranganathan desenvolveu as cinco ‘leis’ da Biblioteconomia, defendendo o efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes. Recentemente, estudos sobre as tipologias de bibliotecas e sobre os impactos das tecnologias audiovisuais e digitais de informação também se inserem nesta perspectiva.

Na Museologia, a área da *Museum Education*, que se desenvolveu sobretudo no ambiente anglo-saxão, buscou desenvolver uma museologia ‘verbal’, voltada para a ação, em oposição à tradição voltada para a posse e a descrição dos objetos (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006). Zeller (1989) aponta que tal tendência se voltava para a eficácia dos museus, para uma efetiva difusão de certos valores junto à população, e para oferecer à sociedade um ‘retorno’ dos investimentos feitos. Autores como Flower, Goode, Dana, Rea e Coleman marcavam a especificidade dos novos museus como instituições que teriam como valor não a contemplação, mas o uso, e que não esperariam pelos visitantes, mas iriam ‘buscá-los’, atraindo-os para os museus por meio da eliminação de barreiras e da busca por acessibilidade. Essa perspectiva manifestou-se em diversos outros contextos, como na França, sob inspiração do ‘museu imaginário’ de Malraux, e no Canadá, a partir do conceito de ‘comunicação’ presente nos trabalhos de Cameron.

A partir da Década de 1980, com as tecnologias digitais, houve uma revitalização da corrente funcionalista, com as possibilidades de acesso remoto, interatividade e design de exposições, desenvolvida por autores como Merriman, Pearce, Arnold, Hooper-Greenhill e Vergo.

2.1.2 A ABORDAGEM CRÍTICA

Logo na virada do Século XIX para o Século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começa a se manifestar no espaço reflexivo sobre os arquivos, bibliotecas e museus. Também tendo como centro de preocupação as relações entre essas instituições e a sociedade, desenha-se uma perspectiva calcada, sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se constrói tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista.

No âmbito da Arquivologia, os primeiros traços de pensamento crítico encontram-se em análises de pesquisadores como Bautier, sobre os interesses ideológicos que motivaram critérios usados pelos arquivos ainda no início da era Moderna. Outros estudos relacionam-se com a questão do poder de posse dos documentos em várias ocasiões, como no caso dos processos de descolonização da África e da Ásia (SILVA *et al.*, 1998). Nas Décadas de 1960 e 1970, debates sobre as políticas nacionais de informação promovidos pela UNESCO tematizaram o papel dos arquivos, a questão do direito à informação e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). Recentemente, no Canadá, autores como Terry Cook, Caswell, Harris e Montgomery vêm desenvolvendo uma abordagem voltada para a superação dos pressupostos de neutralidade e passividade das práticas arquivísticas, analisando em que medida os arquivos constituem espaços em que relações de poder são negociadas, contestadas e confirmadas – numa virada de ênfase das coleções para os contextos.

Na Biblioteconomia, manifestações de um pensamento crítico surgiram principalmente em países de terceiro mundo, vinculadas aos processos de redemocratização após ditaduras militares. Num primeiro

momento, tais manifestações foram de caráter prático (com a criação de novos serviços bibliotecários de extensão), com o objetivo de aumentar o acesso ao conhecimento por parte de populações socialmente excluídas. Anos depois, foram formuladas teorias relacionadas a essas práticas no escopo das reflexões sobre ‘ação cultural’ e ‘animação cultural’, nas quais se buscava distinguir os diferentes tipos de ideologias culturais e propor que o bibliotecário deveria identificá-las e atuar perante elas, não numa perspectiva de ‘domesticação’ mas sim de ‘emancipação’ (FLUSSER, 1983). As bibliotecas deveriam ser dinâmicas e ativas, mas contra os processos de alienação - num sentido bem diferente da perspectiva funcionalista (MILANESI, 2002).

Na Museologia, as manifestações pioneiras de pensamento crítico se encontram na obra de artistas e ensaístas como Zola, Valéry e Marinetti (BOLAÑOS, 2002), que viam o museu como ‘mausoléu’, instituição que degradava a arte, instrumento de poder de alguns povos sobre outros. Na Década de 1960, uma nova onda de críticas provocou o aparecimento de formas de ‘antimuseu’ (BOLAÑOS, 2002). Porém, é na aproximação com a sociologia da cultura que estão as manifestações mais consolidadas da perspectiva crítica, com Bourdieu inspirando uma geração de pesquisadores para ver como diferentes grupos sociais têm relações distintas com a cultura (e inclusive com os museus). Outros estudos buscam correlacionar o papel que os museus tiveram (e ainda têm) na construção ideológica da ideia de nação, a partir do trabalho pioneiro de Anderson. Há ainda uma área recente, a ‘Museologia Crítica’, voltada para a crítica das estratégias museológicas intervenientes nos patrimônios naturais e humanos (SANTACANA MESTRE; HERNÁNDEZ CARDONA, 2006).

2.1.3 OS ESTUDOS SOBRE O SUJEITO

Logo nos primeiros anos do Século XX, os estudos dentro da Abordagem Funcionalista perceberam a importância de se obter dados de satisfação junto aos usuários de bibliotecas, arquivos e museus. Nascidos como uma extensão desta corrente, os estudos de usuários de bibliotecas ou de visitantes de museus (aos quais se somariam depois os estudos de usuários de arquivos) nasceram como ferramenta de diagnóstico para o

planejamento e a otimização dos serviços. Aos poucos, foram se convertendo em subáreas com relativa autonomia. Neste processo, se afirmaram a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos, das bibliotecas e dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma tradição de estudos.

Na Arquivologia, o tema da relação entre os usuários e os arquivos começou a ser discutido na Década de 1960 (SILVA *et al.*, 1998), dentro das reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Contudo, a temática sempre foi muito pouco expressiva no campo. Conforme Jardim e Fonseca (2004), estudos pioneiros são os de Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson, voltados para o entendimento das necessidades informacionais de diferentes tipos de usuários. Há também estudos de usuários no campo dos trabalhos de dinamização cultural, e, mais recentemente, sobre cidadãos e seus interesses em história familiar e em atividades de ensino (COEURÉ; DUCLERT, 2001).

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações foram os ‘estudos de comunidade’ realizados por pesquisadores da Universidade de Chicago, que tinham como foco os hábitos de leitura dos grupos sociais. Aos poucos, o interesse foi se deslocando para a avaliação dos serviços bibliotecários. Situando-se na temática de Avaliação de Coleções, tais estudos impulsionaram várias inovações técnicas, tais como a disseminação seletiva de informações. Na Década de 1970, pesquisadores como Line, Paisley, Brittain e Totterdall deslocaram o foco de interesse para as necessidades de informação (FIGUEIREDO, 1994). Recentemente, destacam-se as pesquisas de autores como Kuhlthau e Todd no ambiente da biblioteca escolar, numa perspectiva cognitivista, identificando o uso da informação nas diferentes fases do processo de pesquisa escolar.

Na Museologia, os primeiros estudos empíricos de visitantes foram realizados no começo do Século XX por Galton, que seguia os visitantes pelos corredores dos museus, e por Gilman, que estudou a fadiga e os problemas de ordem física na concepção de exposições (HOOPER-GREENHILL, 1998). Na Década de 1940, proliferaram estudos sobre os

impactos nas exposições junto aos visitantes, realizados por autores como Cummings, Derryberry e Melton. Outros estudos, conduzidos por autores como Rea e Powell na mesma época, tiveram como objetivo traçar perfis sócio-demográficos dos visitantes e mapear seus hábitos culturais (PÉREZ SANTOS, 2000). Na Década de 1960, Shettel e Screven inauguraram uma nova perspectiva com as medidas de aprendizagem. Nas décadas seguintes, desenvolveram-se abordagens de base cognitivista (Eason, Friedman, Borun) e de natureza construtivista – como o modelo tridimensional de Loomis, a teoria dos filtros de McManus, o modelo sociocognitivo de Uzzell, a abordagem comunicacional de Hooper-Greenhill e o modelo contextual de Falk e Dierking.

2.1.4 AS TEORIAS DA REPRESENTAÇÃO

Desde sua origem como instituições modernas, os arquivos, bibliotecas e museus viram-se às voltas com tarefas relacionadas à representação de seus acervos. Inventariar, repertoriar, catalogar, classificar, nomear, descrever, indexar, organizar, tratar são alguns dos termos que desde então vêm sendo utilizados para tratar de um campo de intervenções práticas que, tomados a um nível tecnicista, chegaram a se constituir como parte essencial ou nuclear das nascentes áreas do conhecimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, chegando mesmo a servir de instrumento para legitimar sua separação. Mas diversas teorias desenvolvidas durante o Século XX buscaram não apenas aumentar a eficácia técnica dos procedimentos de representação, mas, também, questioná-las e problematizá-las, à luz de contribuições tão distintas quanto a Lógica, a Filosofia, as ciências da linguagem, as Artes, a Antropologia. Numa perspectiva distinta das outras correntes teóricas, voltou seu foco para as questões envolvidas com os processos de representação no interior dos arquivos, bibliotecas e museus.

A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos ganhou, a partir de 1898 (com a publicação do manual dos holandeses Muller, Feith e Fruin), um estatuto diferente, propriamente reflexivo, que tomou maior fôlego décadas depois, com os manuais de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961. Nas Décadas de

1970 autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu. No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação (SILVA *et al.*, 1998). Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscaram confirmar o valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critério fundamental da Arquivologia.

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação da Biblioteconomia como campo autônomo de conhecimento. A Catalogação, relacionada com a descrição dos aspectos formais dos documentos, teve suas primeiras regras e princípios formulados ainda no Século XIX. A partir da Década de 1960, padrões internacionais de descrição bibliográfica foram formulados e envolveram diversos grupos de estudo. Também nesta época surgiram os primeiros modelos de descrição pensando-se na leitura por computador, gerando padrões que, anos depois, conformariam o campo conhecido como Metadados. Paralelamente, a área de Classificação teve início com a criação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica geral e enumerativo, como os de Dewey, Otlet, Bliss e Brown. Na primeira metade do Século XX, os trabalhos de Ranganathan sobre classificação facetada revolucionaram o campo, propondo formas flexíveis e não hierarquizadas de classificação. Suas teorias tiveram grande impacto na ação do *Classification Research Group*, fundado em Londres em 1948, que congregou pesquisadores como Foskett e Vickery, empenhados na construção de sistemas facetados para domínios específicos de conhecimento e problematização dos princípios de classificação (SOUZA, 2007).

O espírito nacionalista e historiográfico dos primeiros museus modernos foi decisivo para a configuração de critérios de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos (MENDES, 2009). A subárea de Documentação Museológica surgiu no início do Século XX, a partir do trabalho de autores como Wittlin, Taylor e Schnapper (MARÍN TORRES, 2002). Nas Décadas de 1920 e 1930 houve grandes debates sobre os critérios de classificação adotados nos museus, mas a temática

só se converteu em campo de investigação décadas depois. Entre as várias abordagens desenvolvidas, encontram-se aquelas que buscaram problematizar aspectos classificatórios dos museus, como a questão da representação dos gêneros, dos diferentes povos do mundo, das diferentes culturas humanas, numa linha marcada pelos *cultural studies* (PEARCE, 1994). Os aspectos envolvidos no trabalho de ordenamento também foram estudados por Bennett numa perspectiva foucaultiana.

2.2 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Os avanços mais recentes nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm buscado agregar as contribuições das várias teorias e práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Novos tipos de instituições e mesmo serviços e ações executadas no âmbito extrainstitucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação de informação. Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou apenas para os usos e apropriações que o público faz dos acervos destas instituições, surgiram também modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também surgiram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi problematizada, na esteira de questionamentos sobre o objeto da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização destes três campos.

A Arquivologia viveu, na Década de 1970, uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas) e o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme), tendo tais avanços motivado a criação do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP), estruturado pelo CIA e pela UNESCO. No começo da Década de 1980 surgiu, no Canadá, a Arquivística Integrada, com autores como Ducharme, Couture e Rousseau buscando uma síntese dos *records management* e da *archives*

administration, a partir de uma visão global dos arquivos, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina. Pouco depois, surgiu a expressão ‘pós-custodial’ para designar uma nova fase da Arquivologia (COOK, 1997). Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral, e o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008).

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências. A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob a designação de ‘Mediação’, a partir da qual a biblioteca passa a ser considerada “[...] menos como ‘coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados’ do que como assembleia de usuários da informação” (FONSECA, 1992, p.60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca (ALMEIDA JR., 2009). A segunda vertente também pode ser entendida como parte dos estudos sobre mediação, embora tenha se desenvolvido de modo mais específico. Trata-se do campo desenvolvido a partir do conceito de *Information Literacy*, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informacionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais (CAMPELLO, 2003). Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002).

Na Museologia, merece destaque o desenvolvimento dos ecomuseus e da chamada Nova Museologia. Conforme Davis (1999), o conceito de ‘ecomuseu’ surgiu no começo do Século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, de conceitos relativos à ecologia e ecossistemas, com a criação dos ‘museus ao ar livre’. Outro sentido para o termo foi dado, a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, pela Nova Museologia, que propôs repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os

museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Tal proposta foi apresentada pela primeira vez em 1972, numa Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo *International Council of Museums* (ICOM), sendo formalizada na Declaração de Quebec, em 1984. Do ponto de vista teórico, tal noção propõe que a Museologia passe a estudar a relação das pessoas com o patrimônio cultural e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações. Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a musealização do patrimônio imaterial. Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos, uma vez que a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de museu (DELOCHE, 2002).

3 A EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação constituiu-se a partir de contribuições tão distintas quanto fatos históricos, desenvolvimentos tecnológicos e reflexões teóricas. O primeiro marco daquilo que viria a ser a Ciência da Informação encontra-se na área da Documentação, criada por Otlet e La Fontaine no início do Século XX. Voltados inicialmente para a questão da Bibliografia, estes dois pesquisadores empreenderam uma série de esforços para garantir uma rede de atuação internacional em prol da inventariação de toda a produção intelectual humana. O objetivo deles não era acabar com os arquivos, as bibliotecas, os museus ou outras instituições de custódia de documentos e registros humanos mas, sim, criar um novo serviço, um serviço a mais, com atuação transversal a essas instituições, com o objetivo de, repertoriando as coleções e acervos delas, facilitar e potencializar o seu uso. É nesse sentido que as diversas ações por eles empreendidas representam um marco na passagem de um pensamento custodial para um pensamento pós-custodial: volta-se a preocupação não mais para a posse de determinados documentos, mas para sua identificação, sua descrição padronizada, e a divulgação da sua existência para todo o mundo. Em 1934, Otlet, preocupado com a sustentação teórica de sua proposta,

publicou o *Traité de Documentation*, no qual desenvolveu o conceito de ‘documento’, alargando o campo de intervenção para além dos livros e demais registros impressos.

O segundo marco da história da Ciência da Informação é o desenvolvimento da área de Recuperação da Informação. Sua origem remonta às Décadas de 1930 e 1940, quando começaram a ser utilizados os microfilmes como alternativa de guarda e disponibilização dos acervos documentais. Tal fato despertou alguns teóricos a refletir sobre a distinção entre os suportes físicos do conhecimento e seu conteúdo, na medida em que permitia a transposição do conteúdo para outros suportes. Tal percepção se aprofundou com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, tendo uma manifestação teórica no artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, publicado em 1945.

O terceiro marco foi o início da atuação de alguns cientistas, entre os anos 1920 e 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e na União Soviética, que passaram a se dedicar não mais aos assuntos específicos de suas ciências (a química, a física, entre outras), mas ao trabalho de coleta, seleção, produção de resumos e disseminação da produção científica para os demais cientistas de seus respectivos campos. Tais cientistas, com o passar dos anos, começaram a designar-se ‘cientistas da informação’ (FEATHER; STURGES, 2003) e iniciaram um movimento de agregação e institucionalização, primeiro na Inglaterra, com a realização da *Royal Society Scientific Information Conference*, em 1948, e a criação, em 1958, do *Institute of Information Scientist*. Pouco depois, na União Soviética, foi criado o Viniti, *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii*, vinculado à Academia de Ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a *International Conference on Scientific Information*. Embora ainda sem uma base teórica ou mesmo intenção de disciplinarização, tais ações marcam mais uma virada nas preocupações: da posse dos acervos para sua circulação, o seu fluxo - acentuando dessa forma a vertente pós-custodial iniciada com a Documentação.

O último ingrediente para a posterior construção de uma Ciência da Informação veio do livro ‘Teoria Matemática da Comunicação’, publicado em 1949 por Shannon e Weaver, dois engenheiros de telecomunicações diretamente envolvidos com os esforços de inteligência

de guerra na época da Guerra Fria. Essa teoria é normalmente conhecida como ‘Teoria da Informação’ e tal denominação não se deu sem motivos: trata-se da teoria que pela primeira vez enunciou um conceito científico de ‘informação’. Os autores estão preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

Shannon e Weaver (1975) apontaram que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas. O primeiro se refere aos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação. O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. O terceiro nível é o pragmático, se relaciona com a eficácia, se insere no escopo de uma ação humana. Assim, os autores identificaram os diversos níveis e complexidades envolvidos com os problemas relacionados à informação (ou à comunicação da informação). Contudo, produziram uma teoria voltada apenas para o primeiro nível. Ao fazer isso, eles tornaram possível a construção de um referencial teórico para os problemas relacionados com o transporte físico da informação. E é a partir dessa ‘brecha’, dessa proposição de uma forma ‘científica’ de estudo da informação, que se constrói o projeto de uma Ciência da Informação.

Ao ‘limpar’ o conceito de informação de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartaram a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada ‘cientificamente’ e, sobretudo, quantitativamente. Os primeiros conceitos de Ciência da Informação, formulados nos Anos 1960, tratam todos de descrever essa ciência como aquela voltada para o estudo das ‘propriedades objetivas’ da informação, incluindo a definição publicada em 1968 por Borko, no artigo *Information Science: what is it?*, que se tornou ‘clássica’ na área.

Contudo, o que viria a ser a Ciência da Informação nos anos seguintes ultrapassou em muito o imaginado nos primeiros anos. Conforme González de Gómez (2000), nas décadas seguintes a área desenvolveu-se por meio de subáreas relacionadas a diversos ‘programas de pesquisa’: os

estudos dos fluxos da informação científica, a recuperação da informação, os estudos métricos da informação, os estudos de usuários, as políticas de informação, a gestão do conhecimento e as possibilidades trazidas com o hipertexto e a interconectividade digital. O objeto de estudo do campo ampliou-se para além dos registros físicos em sistemas de informação. Foram estudados, por exemplo, os ‘colégios invisíveis’ (processos de troca de informação em ambiente informal), o ‘conhecimento tácito’, as necessidades de informação e as competências informacionais dos sujeitos, entre outros. É possível dizer, assim, que a história da Ciência da Informação ao longo das décadas seguintes à sua estruturação foi o de, progressivamente, tentar incorporar à sua agenda de pesquisas as dimensões semântica e pragmática inicialmente ‘expulsas’ do campo com a adoção integral da Teoria Matemática para a definição do conceito de informação.

Tal percurso foi apresentado por Capurro (2003), em sua discussão sobre os três amplos modelos de estudo da informação que perpassaram as diversas teorias desenvolvidas. O primeiro deles é o modelo ‘físico’, com ênfase na dimensão material da informação e nas propriedades objetivas desta materialidade, passíveis de serem cientificamente determinadas, fundado a partir da contribuição da Teoria Matemática. O segundo modelo identificado por ele é o ‘cognitivo’, que começou a se desenvolver na Década de 1970. Informação passou a ser definida a partir de uma equação proposta por Brookes, sendo a medida da alteração do estado de conhecimento de um sujeito. Para se definir informação, nesse sentido, seria preciso se considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários. O terceiro modelo, chamado ‘social’, que estaria se formando desde o início da Década de 1990, é o que vê a informação como um fenômeno coletivamente construído. Tal modelo se constrói a partir da crítica ao modelo cognitivo, que via a informação como produto de um sujeito isolado (que não estaria inserido num contexto sócio histórico nem envolvido em relações interpessoais, ou pelo menos em nada seria afetado por elas na sua relação com a informação) e numérico (que apenas se relacionaria com o mundo de uma forma cognitiva, inserindo em sua mente definições conceituais sobre as coisas, como se a mente fosse um

grande ‘quebra-cabeças’ e cada informação obtida uma nova peça). Antes, o modelo de informação ‘social’ entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas.

Entre as perspectivas contemporâneas de estudo da Ciência da Informação que se inserem na lógica deste terceiro modelo estão as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas (CORNELIUS, 1996); que buscam entender a informação a partir do conceito de ‘valor’, entendendo o processo de conhecimento como exercício de imaginação (RENDÓN ROJAS, 2005); que incorporam no estudo da informação os contextos institucionais, condições materiais, sistemas regulatórios e posições ocupadas pelos diferentes sujeitos que se relacionam com e para além da informação, a partir do conceito de ‘regime de informação’ (FROHMANN, 2008; BRAMAN, 2004); que buscam identificar os diferentes entendimentos do que seja informação para grupos específicos de atores que se relacionam com a informação, resgatando a ideia de intersubjetividade, tal como proposto pela ‘análise de domínio’ (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995); que buscam compreender os sistemas de informação como operadores de construção da memória coletiva (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008); que analisam de uma perspectiva crítica a evolução da ideia de ‘informação’ nas sociedades contemporâneas (DAY, 2001). Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais e representam um ressurgimento, com grande ênfase, da dimensão pragmática descartada pela Teoria Matemática: a informação existe num contexto concreto, particular, específico, que precisa necessariamente ser contemplado nos estudos – na contramão da perspectiva original da CI que ansiava por leis e generalizações sobre o ‘comportamento’ da informação.

Na confluência das contribuições das teorias citadas acima, bem como de outras que não foram citadas neste texto, desenha-se uma perspectiva nova de estudos da informação, que a entende não mais como

coisa, mas como processo – algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, a disseminam e a utilizam. A informação deixa de ser apreendida como um objeto físico, com a mesma natureza de uma cadeira, uma pedra, um elemento químico, e passa a ser entendida como um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como a beleza, o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros.

O desenho das perspectivas contemporâneas em Ciência da Informação, bem como dos resultados e achados de pesquisa realizados sob a égide dos dois modelos anteriores, permite perceber um acúmulo de conhecimentos na área que tem feito avançar o conceito de informação principalmente em relação ao conceito de documento e à natureza custodial das instituições que lidam com ele. Dessa forma, é o próprio conceito de informação que, como argumenta Capurro (2009), remonta aos conceitos gregos de *eidos* (ideia) e *morphé* (forma), significando ‘dar forma a algo’, que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo (‘in-formar’), ação essa que apreende a realidade por meio do simbólico, nomeando e classificando os objetos conhecidos (objetos da natureza), criando objetos que são utilizados (instrumentos com as mais diversas finalidades), produzindo registros que constituem novos objetos (textos impressos, visuais, sonoros) e criando ainda registros destes registros (catálogos, índices, inventários, etc.).

Informação é, portanto, um conceito que perpassa todo esse processo. Tem origem na produção de registros materiais e se prolonga nas atividades humanas (arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas) sobre esses registros. Mas é ainda mais ampla do que isso, é tudo aquilo que envolve essa ação humana a partir do primeiro registro, do primeiro ato de ‘in-formar’. Parte da ação humana comum, cotidiana, de apreender o mundo e produzir registros materiais desse processo, chega às instituições e procedimentos técnicos criados especificamente para intervir junto a esses registros e os ultrapassa nos mais diversos usos, fluxos, apropriações, contextos. Dada sua amplitude, surge com grande potencial de tratar os variados processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos como sendo muito mais do que os procedimentos técnicos definidos pelo paradigma custodial/tecnicista.

4 UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS QUADROS DE REFERÊNCIA

Na primeira parte deste texto buscou-se demonstrar como parte considerável das reflexões científicas em Arquivologia, em Biblioteconomia e em Museologia desenvolvidas ao longo do Século XX se deram de maneira transversal, problematizando pontos e aspectos comuns, em vez de reforçar a construção de fronteiras e limites entre elas. Tal característica vem se acirrando no âmbito das perspectivas contemporâneas, que têm privilegiado os fluxos, as interações, o extrainstitucional e o imaterial. Enfim, poderia se dizer que elas têm enfatizado aquilo que existe na realidade como potencialmente arquivístico, biblioteconômico ou museológico, tendo, pois, como objeto, não mais as instituições, os objetos ou as técnicas de tratamento, mas a relação mesma do ser humano com a realidade mediada pelas atuações/intervenções produzidas (ou a serem produzidas) por essas áreas. Na segunda parte deste texto, argumentou-se sobre a trajetória da Ciência da Informação que, a partir das contribuições desenvolvidas no âmbito das diferentes subáreas, chegou a um conceito de informação que contempla suas dimensões física, cognitiva e intersubjetiva, problematizando as maneiras pelas quais algo se torna informação, isto é, é ‘in-formado’, no contexto da ação humana.

A própria evolução das três áreas tem demonstrado a insuficiência do paradigma custodial que está na origem mesma de sua formação disciplinar. Nesse sentido, a maneira como a chegada da Ciência da Informação aponta para uma dimensão pós-custodial apresenta-se como uma forma alternativa de produzir conhecimento científico em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A partir do conceito de ‘informação’, poderia se potencializar reflexões que buscariam ir além do epifenômeno (os documentos, as materialidades custodiadas e processadas nas instituições) e produzir as compreensões no âmbito próprio das ações humanas (de produzir essas materialidades, selecioná-las entre outras, apropriar-se delas), o que nos reconduz para o estudo do universo da produção de sentidos e significados, os fluxos e movimentos dinâmicos, as interações e os contextos, as tensões entre o material e o imaterial. A novidade dessa proposta reside no fato de que, embora sejam os mesmos elementos a serem estudados (as instituições arquivo, biblioteca, museu, as técnicas de tratamento, os acervos e o contexto social mais amplo), eles são

analisados de uma maneira diferente, ressaltando sua interdependência, o caráter ao mesmo tempo fluido e dinâmico dos processos, sua inserção em situações e contextos específicos, o caráter ativo das intervenções dos sujeitos. É aí que se pode constituir a especificidade de um *olhar informacional* sobre os processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, um lugar específico a partir do qual os mesmos elementos e processos são construídos, como *objetos de conhecimento*, de uma maneira diferente. Essa constitui a mais interessante das possíveis propostas de promoção de diálogo das três áreas: manter a produção de conhecimentos específicos em cada uma destas áreas, mas possibilitar a criação de um lugar além, transversal, a partir de onde um novo olhar possa ser lançado sobre cada uma delas. Esse lugar seria um ponto de vista informacional, construído pelo conceito contemporâneo de informação tal como trabalhado pela Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, como ciência nova, encontra-se em certa medida numa situação privilegiada: não sedimentada ainda, pouco rígida, e pode adaptar-se, com rapidez, a demandas e contextos novos. Ao mesmo tempo, tal movimento de aproximação sugere a superação de algumas antinomias que vêm ao longo das décadas marcando as áreas, tais como custodial/pós-custodial, memória/informação, técnica/ciência. Pensar no pós-custodial não significa negligenciar a importância de se constituírem coleções, acervos, fundos – o pós-custodial não é uma negação da custódia, é um prolongamento dela. Ao mesmo tempo, pensar em informação não significa descartar a função de memória promovida pelos arquivos, bibliotecas e museus – é pensar nela e inseri-la, como uma das funções em meio a outras, na dinâmica mais ampla representada pelo informacional; promover também a reflexão no nível propriamente científico não é romper com a dimensão técnica, profissional – até porque foi o campo das intervenções práticas que motivou, e justifica até hoje, a existência de um campo de reflexões científicas.

Enfim, propor o diálogo entre as áreas não implica a fusão delas no escopo da Ciência da Informação. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia não precisam ‘se tornar’ Ciência da Informação. Antes, a ideia de ‘informação’ pretende constituir um campo reflexivo novo, para além das especificidades profissionais (que devem ser mantidas), num

movimento que poderia fortalecer cada uma das áreas individualmente, a partir da colaboração mútua de reflexões e pesquisas – tal como já vem sendo indicado pelos avanços teóricos em cada uma delas. Tal proposta se alinha, inclusive, com as tendências contemporâneas de produção de conhecimento científico, que vêm propondo a interdisciplinaridade e a complexidade como categorias de avanço do conhecimento, em oposição à insistência de fazer da atividade científica um terreno de construção de fronteiras para a legitimação do status de determinados grupos de interesse que, ao propor uma cada vez mais crescente especialização, acabam por conduzir também a um maior isolamento das disciplinas científicas.

REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al. Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: TREA, 2001.
- ALMEIDA JR., O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.
- BOLAÑOS, M. *La memoria del mundo: cien años de museología: 1900-2000*. Gijón: TREA, 2002.
- BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p.12-37
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. *Anais...* Leon: Universidad de Leon, 2008.
- COEURÉ, S.; DUCLERT, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.
- COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v.43, p.17-63, 1997.
- CORNELIUS, I. *Meaning and method in information studies*. New Jersey: Ablex, 1996.
- COX, R. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin, 2008.
- DAVIS, P. *Ecomuseums: a sense of place*. London:Leicester University Press, 1999.

- DAY, R. *The modern invention of information: discourse, history and power*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
- DELOCHE, B. *El museo virtual*. Gijón: TREA, 2002.
- DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.
- FEATHER, J.; STURGES, P. *International Encyclopedia of Information and Library Science*. Londres: Routledge, 2003.
- FIGUEIREDO, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.
- FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.
- FONSECA, E. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs). *A dimensão epistemológica da ciência da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE Editora, 2008. p.19-34
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Outra memória é possível: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, J. *Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos*. Gijón: Trea, 2006.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.6, dez. 2000.
- HOOPER-GREENHILL, E. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Trea, 1998.
- HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: Domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-425, 1995.
- JARDIM, J. M., FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.
- JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.
- LÓPEZ CÓZAR, E. *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: Trea, 2002.
- MARÍN TORRES, M. T. *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: TREA, 2002.
- MENDES, J. *Estudos do patrimônio: museus e educação*. Coimbra: Univ. Coimbra, 2009.
- MILANESI, L. A. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê, 2002.
- MURISON, W. *The public library: its origins, purpose and significance*. Londres: C. Bingley, 1988.
- PEARCE, S. (Ed.). *Museums and the appropriation of culture*. Londres: Athlone, 1994.

- PÉREZ SANTOS, E. *Estudio de visitantes en museos: metodología y aplicaciones*. Gijón: Trea, 2000.
- RENDÓN ROJAS, M. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semelhanças e diferenças. *Ciência da Informação*, Brasília, v.34, n.2, p.52-61, maio/ago. 2005.
- RENDÓN ROJAS, M. (Org.). *Bibliotecología, archivística y documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad*. México: UNAM, 2011.
- ROWLEY, J. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SANTACANA MESTRE, J.; HERNÁNDEZ CARDONA, F. *Museologia crítica*. Gijón: Trea, 2006.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. *Teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVA, A. M. *et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.
- SILVA, A. M. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.
- SOUZA, R. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, Lídia (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: EdUFBA, 2007. p.103-123
- ZELLER, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in América. In: BERRY, N.; MAYER, S. (Orgs.). *Museum education: history, theory and practice*. Reston: National Art Education Association, 1989. p.10-89